

CONFIGURAÇÕES DO MOVIMENTO INDÍGENA NA AMBIÊNCIA COMUNICACIONAL CONTEMPORÂNEA

[CONFIGURATIONS OF THE INDIGENOUS MOVEMENT IN CONTEMPORARY COMMUNICATIONAL AMBIENCE]

Carmem Rejane Antunes Pereira
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: O trabalho aborda as configurações do Movimento Indígena, considerando expressões coletivas indígenas construídas em redes sociais étnicas. Os apontamentos estão situados no andamento de pesquisa que investiga o fenômeno a partir dos sentidos construídos pelos sujeitos que participam da rede social étnica nas ambiguidades da esfera pública midiaticizada. A pesquisa parte dos referenciais teóricos e metodológicos dos estudos dos usos e apropriações das mídias, tendo como cenário de observação os perfis indígenas em site de redes sociais. A observação é realizada em perspectiva etnográfica, permitindo pensar as expressões coletivas ameríndias no âmbito de identidades cidadãs, compreendidas em um conjunto de mediações tais como a organização política, a escolaridade e também o gênero, além da memória étnica, entre outras.

Palavras-Chave: movimento indígena; expressões coletivas; redes sociais étnicas.

Abstract: This work addresses the configurations of the Indigenous Movement considering the indigenous collective expressions constructed in ethnic social networks. The notes are located in the ongoing research which investigates the phenomenon from the meanings constructed by the subjects who take part in the ethnic social network in the ambiguities of the mediated public sphere. The research is based on theoretical and methodological references of the studies of uses and appropriations of the media, having as observation scenario the indigenous profiles on social networking sites. The observation is conducted through an ethnographic perspective, allowing one to think the Amerindian collective expressions under civic identities, comprised of a set of mediations such as the political organization, schooling and also gender, in addition to ethnic memory, among others.

Keywords: indigenous movement; collective expressions; ethnic social networks.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda as configurações do Movimento Indígena através das expressões coletivas construídas em redes sociais étnicas. Os apontamentos

integram andamento de pesquisa que investiga o fenômeno a partir dos sentidos construídos pelos sujeitos que participam da rede social étnica nas ambiguidades da esfera pública midiaticizada. Para contextualizar essa reflexão procuramos resgatar marcos históricos sobre o Movimento Indígena no Brasil, considerando pesquisas sobre protagonismo indígena, relações interétnicas e interculturalidade na sociedade nacional (OLIVEIRA, 2010; ORTOLAN MATOS, 2006; BANIWA, 2012; SANTOS BICALHO, 2011), e suas múltiplas configurações contemporâneas, situando nesse processo a expansão de organizações, a heterogeneidade das comunidades, demandas e lideranças que compõem uma realidade na qual convivem mais de duzentos e quarenta povos, falantes de mais de 150 línguas, com especificidades culturais, geográficas e organizacionais ¹.

O objetivo é contribuir para a reflexão desses processos históricos no âmbito das mudanças provocadas pela globalização em suas configurações recentes, nas quais emerge a noção de imagem indígena como autorrepresentação, advinda com a expansão das tecnologias de comunicação e a produção simbólica das práticas e identidades culturais, em um vasto conjunto global, mas ainda em grande parte diversificado.

A pesquisa parte dos referenciais teóricos e metodológicos dos estudos dos usos e apropriações das mídias, levando em conta a popularização da Internet e tendo como cenário de observação os perfis indígenas em site de redes sociais como o Facebook. A observação dos perfis, em perspectiva etnográfica, permite pensar as expressões coletivas ameríndias em um conjunto de mediações comunicacionais, sociais, culturais, políticas e de matrizes ancestrais e contemporâneas no âmbito desses processos. Tais possibilidades são pensadas no âmbito da participação indígena nas construções das redes sociais étnicas e das suas expressões coletivas como identidades cidadãs, considerando um conjunto de mediações tais como a organização política, a escolaridade e também o gênero, além da memória étnica, entre outras.

¹ Fonte: Instituto Socioambiental (ISA).

MARCOS HISTÓRICOS DO MOVIMENTO INDÍGENA NO BRASIL

Sem desconsiderar a densidade histórica das lutas e resistências dos povos indígenas ao longo da colonização e dos processos de formação da sociedade nacional, Santos Bicalho (2011) aponta que o movimento indígena, como consciência coletiva, começou a tomar forma nos anos de 1970 do século XX, sendo resultado de mudanças ocorridas em um passado recente, tanto no Brasil como na América Latina, através dos processos de ruptura lentos e graduais de culturas políticas autoritárias rumo à construção de sociedades e Estados democráticos.

Na primeira etapa de construção do protagonismo indígena, Santos Bicalho (2011) registra como acontecimento fundador as assembleias indígenas apoiadas por setores progressistas de igrejas cristãs e outras entidades da sociedade civil, as quais criaram as bases para uma identidade coletiva fortalecedora da autoestima e pela atuação consciente da necessidade da luta social pelos direitos indígenas no Brasil, numa perspectiva de legalidade e legitimidade. Nesse período, o movimento assume um caráter pan-indígena assim definido: “Tomar para si a consciência política da condição de *minoría* implicou no reconhecimento indígena de que, apesar de suas diferenças étnicas, compartilhavam uma história e um destino comuns dentro do Estado brasileiro” (ORTOLAN MATOS, 2006, p. 40).

Segundo acontecimento fundador, a Constituição Federal de 1988 garantiu o reconhecimento legal da organização social indígena e do direito dos índios, suas comunidades e organizações de ingressarem, como partes legítimas, em juízo em defesa de seus direitos e interesses (Artigos 231 e 232, Capítulo VIII - Dos Índios), o que provocou mudanças de orientação na atuação política dos indígenas no campo das relações interétnicas.

Com o direito a terra assegurado, constitucionalmente, abriu-se espaço para outras reivindicações como a proteção dos territórios e a sustentabilidade socioambiental dos grupos indígenas na sociedade nacional (etnodesenvolvimento); além de várias demandas à esfera das políticas públicas, como, por exemplo, aquelas voltadas à educação e à saúde diferenciadas para as populações indígenas.

Ainda na década de 1990, com o advento de uma macropolítica planetária criam-se novos sentidos para mobilizar a população através de programas e projetos sociais, muitos dos quais apresentados totalmente formulados pelas agências financiadoras para atender pequenas parcelas da população (GOHN, 2011). Nesse contexto, as áreas indígenas passam a serem vistas como unidades de conservação, ocorrendo uma proliferação de organizações indígenas de natureza distinta: nacionais, regionais, locais, associações de categorias sociais e econômicas, organizações pluriétnicas ou étnicas, de caráter político e de caráter econômico etc.

A expansão das organizações será vista como uma nova fase da política indígena, no cenário atual dos processos de globalização e das mudanças de retórica e de critérios dos organismos transnacionais e multilaterais (OLIVEIRA, 2010, p. 42). Nesse período, a Fundação Nacional do Índio perde sua exclusividade na definição e execução da política indigenista oficial, sendo suas responsabilidades repartidas entre diversos órgãos governamentais.

Com essas novas configurações, o que vem sendo discutido como Movimento Indígena, também passa a ser vinculado à categoria de novos movimentos sociais nos contextos políticos específicos da América Latina, cuja especificidade dirigiu-se às questões étnicas, de gênero etc. Além de serem mais propositivos do que reivindicativos, também passaram a ser avaliados pela atuação em redes locais, regionais, nacionais e internacionais, utilizando-se dos novos meios de comunicação e informação (GOHN, 2011).

As novas incumbências das organizações indígenas, entretanto, atuando menos como articuladoras políticas e mais como gestoras e executoras de ações, provocaram uma reavaliação de lideranças e associações indígenas para retomar seu papel político de representação indígena, especialmente em anos recentes, para fazer frente às ameaças aos direitos indígenas no Congresso Nacional.

Assim, se o protagonismo indígena é uma realidade que vem se fortalecendo desde as últimas décadas do século passado, este se elabora num “contexto de relações interculturais assimétricas” (SECCHI, 2007, p.15 citado por SANTOS BICALHO,

2011), em que “a predominância da cultura ocidental sugere a necessidade de mudanças nas relações entre Estado, sociedade e povos indígenas – de modo que a cultura e a vivência destes últimos sejam verdadeiramente respeitadas” (SANTOS BICALHO, 2011, p. 10).

Desse modo, pode se entender que o Movimento Indígena apresenta múltiplas configurações; que não deve ser confundido com a multiplicidade das organizações indígenas; que se revela em distintos atores e contextos históricos e culturais; abrange escalas locais e globais, redes de alianças, ações coletivas de enfrentamento direto contra a autoridade estatal, e a disposição de se construir como força social no âmbito do poder estatal para atuar nas definições e execuções da política indigenista.

VISIBILIDADE INDÍGENA E AMBIÊNCIA COMUNICACIONAL CONTEMPORÂNEA

Considerar a multiplicidade do movimento indígena é frutífero para evitar “a noção simplificadora de uma voz indígena” (OLIVEIRA, 2010, p. 45) e para refletir o que temos denominado de “expressões coletivas” oriundas da construção dos perfis indígenas nas redes sociais. Nesse percurso, levam-se em conta condições tecnológicas e parâmetros culturais no âmbito de mudanças em termos de projeção de imagem ameríndia, nas últimas décadas.

Das primeiras imagens que retratavam os indígenas para fins de estudos comparativos, no final do século XIX, os registros imagéticos das culturas indígenas passaram a compor arquivos oriundos de estratégias de interiorização do Estado brasileiro, das missões religiosas, assim como etnografias realizadas por antropólogos em diversas modalidades. Contaminada pelo exotismo, a fotografia que deu base para a construção da imagem do índio no Brasil também foi reforçada nos meios de comunicação, como observa Tacca (2011).

Ao final do século XX, quando a imagem fotográfica adquire novas dimensões na sua forma de reprodutibilidade técnica, abrem-se novas possibilidades para pelo menos pensar outras formas de representação indígena, a partir de um espaço público

marcado pela expansão das tecnologias de comunicação e ampliação do uso da Internet. Isso não significa que as representações estereotipadas do indígena deixaram de ser construídas pelas mídias hegemônicas de massa ou não, ou ainda por especialistas de mídia que atuam na Internet, como se observa em reportagens recorrentes que procuram questionar os direitos indígenas, especialmente no âmbito dos seus territórios.

Dessa forma, ao investigar expressões coletivas indígenas em redes sociais procura-se compreender a participação/intervenção das diversas culturas no espaço público midiático e os modos pelos quais essa participação expressa a historicidade dos públicos. Isto é, o modo e as condições de inserção do sujeito em uma ambiência construída pelas mídias, buscando promover a visibilidade indígena, frente a um contexto de relações interculturais assimétricas e aos processos de inclusões excludentes de uma sociedade multicultural e desigual (SANTOS, 2006).

Trata-se de pensar possibilidades, sem descuidar das limitações significativas nos processos que estruturam uma ambiência comunicativa dinamizada pela globalização, onde as mídias exercem uma ação peculiar, porém regidas por lógicas econômicas, políticas e culturais que demarcam a nova configuração societária, em que existem novos e velhos padrões de acumulação, de exclusão e inclusão, novas formas de pensar, agir, sentir e fabular o mundo (IANNI, 2003).

Maldonado (2013) reflete esse momento como “ensaio de possibilidades”, considerando as tendências de aumento da população mundial que usufrui dos ambientes digitais ² e apontando a expansão de uma “cultura midiática informatizada digital”, em um momento em que:

A grande mídia enuncia o mundo repetindo clichês, fórmulas, receitas para fabricar seu próprio mundo dinâmico (ao mesmo tempo estático, na sua essência), em mudança simbólica, trabalhando a

² Maldonado (2013, p. 36) aponta que mais de 30% da população mundial usufrui dos ambientes digitais, sendo que entre 2006 e 2011, o número de internautas duplicou-se, conforme dados da União Internacional de Telecomunicações (UIT - ONU - Relatório Anual de 2011). Em relação à população indígena no Brasil, Renesse (2011), em levantamento parcial realizado até este ano, registrou 77 mídias eletrônicas com acesso público na web e 113 pontos de acesso à Internet em comunidades indígenas.

voluptuosidade das formas (Barthes, 1979). Produzir um campo de efeitos simbólicos é uma necessidade estrutural do sistema de consumo para a mudança, atualização, renovação e transformação das economias em crise. Não obstante, e simultaneamente a esse processo, é significativa a popularização e consequente socialização de práticas sociais de produção tecnológica de comunicação, que expressam culturas diversas em busca de um lugar na história contemporânea (MALDONADO, 2013, p. 38).

Nesse contexto, Tacca (2011) aponta possibilidades de representação da imagem indígena, de onde emerge a noção de produção endógena para pensar a produção fotográfica, das próprias etnias e culturas, “que conduz a práticas efetivas de identidades e, também dá visibilidade a outros olhares distantes”, podendo também alimentar um imaginário sedento dessas imagens míticas (TACCA, 2011).

A noção é profícua para pensar a visibilidade do mundo indígena, à medida que as imagens - e aí não somente a fotografia, mas também um conjunto de produção audiovisual³ são “feitos”, seja com valores espontâneos ou de forma organizada, pelos atores. Além disso, pode-se arrolar uma gama de conteúdos publicizados mediante estratégias diversas, tais como a divulgação das culturas, mobilização, denúncia, socialização do conhecimento ou ainda como compartilhamento da memória, seja ela entendida como étnica, política, histórica ou comunitária, em sites indígenas e redes sociais.

Sobre essa questão, atenta-se para o fato de que a memória social é um fenômeno que faz referência aos grupos e abarca uma multiplicidade de categorias tais como lugares (NORA, 1993), marcos, identidades, culturas, interesses, atores, instituições, apagamentos e ressurgimentos (POLLACK, 1992), que se enfrentam na esfera pública, competindo pela hegemonia de discursos plausíveis e relevantes dentro do conjunto da sociedade (MONTESPERELLI, 2004, p. 15).

Nesse aspecto, Martín-Barbero (2006) oferece uma contribuição ao pensar as novas figuras de cidadania para além das utopias que promovem a sociedade em rede como uma totalidade (CASTELLS, 2002) - e o processo de reconfiguração dos públicos

³ Nesse caso é importante citar o acervo de mais de 70 filmes-documentários produzidos pela ONG *Vídeo nas Aldeias*.

em meio à ambígua mediação das imagens e do uso de tecnologias informáticas na esfera pública.

Pois se é certo que a crescente presença das imagens [...] na ação política espetaculariza esse mundo até confundi-lo como da farsa, dos reinados de beleza ou das igrejas eletrônicas, também é certo que pelas imagens passa uma construção visual do social, na qual essa visibilidade toma o deslocamento da luta pela representação da demanda de reconhecimento. O que os novos movimentos sociais e as minorias [...] demandam não é tanto ser rerepresentados, mas, sim, reconhecidos (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 68).

Assim, ao ter em vista um conjunto de elementos textuais, imagéticos ou audiovisuais que o/a internauta mobiliza ou utiliza tenta-se compreender a construção de expressões coletivas na rede social étnica. Embora o termo internauta possa ser redutor em relação “a dinâmica da complexificação do processo comunicacional, no contexto de uma sociedade em rede” (COGO; BRIGNOL, 2010), ele aqui se refere a um sujeito comunicacional, cuja trajetória é relevante para compreender a construção dos públicos, o que significa refletir que “os públicos não nascem, mas se formam”, conforme a época em que são gerados (GARCÍA-CANCLINI, 2008), assim como na sua historicidade (PEREIRA, 2010) não se reduzem a uma modalidade absoluta do meio ⁴.

63

PERFIS E EXPRESSÕES COLETIVAS INDÍGENAS EM REDES SOCIAIS ÉTNICAS

Para mapear os perfis indígenas desenvolvemos observação on-line com perspectiva etnográfica desde agosto de 2013. Essa perspectiva tem como propósito situar-se em um cenário social comunicativo (GEERTZ, 1978), observar a participação dos internautas (FRAGOSO, RECUERO; AMARAL, 2012) e identificar mediações relevantes para compreensão das suas configurações identitárias e expressões coletivas, assim compreendidas enquanto uma expressão coletiva indígena pública em

⁴ Isso significa que o internauta pode ser ao mesmo tempo, leitor, ouvinte e telespectador, o qual se apropria da Internet, para diversas finalidades, gerando expressões coletivas, as quais são consideradas a partir de um contexto pessoal, social, grupal, político, territorial, geográfico, isto é, um sujeito historicamente situado.

tempos de rede sociais ⁵. Os procedimentos de observação têm caráter exploratório e operativo, permitem pensar a própria imersão da pesquisadora nesse cenário e as dimensões de uma rede social étnica, a partir de vários elos que correspondem às relações e vínculos dos atores nos seus modos de construir e se construir nas redes sociais, nas suas diversas modalidades de uso.

Ao fazer referência à rede social étnica como elemento aglutinador de sentidos nas ambiguidades da esfera pública contemporânea, não se alude a um grupo fechado ou único e sim às marcas de um sujeito comunicacional que também se utiliza da internet para construir sentidos “enquanto” rede social étnica. Nessa perspectiva, procuramos tais pistas através do Facebook ⁶, considerando a sua popularização no Brasil e sem ignorar os obstáculos de acesso que caracterizam os processos de inclusão digital no país.

Nessa busca consideramos a Internet em seus aspectos de banco de dados, como mídia e como ambiente de relacionamento e parte da cultura contemporânea (COGO; BRIGNOL, 2010). Dessa forma, nesta investigação, os perfis se tornam um elemento significativo à medida que eles permitem observar a personalização do ator e suas relações com outros usuários que na linguagem do site pode implicar uma analogia com a amizade off-line, porém, nesse contexto, também são entendidos como parceiros e parentes entre várias etnias ali localizadas. Além disso, em virtude das ações de compartilhamento de conteúdo produzido ou selecionado, da publicização de narrativas endógenas, das projeções identitárias, entre outros aspectos.

A preocupação é ampliar o conhecimento sobre os usos da Internet e as apropriações das mídias nas múltiplas significações do sujeito indígena também contextualizado no espaço geográfico que denominamos de Sul do Brasil. Isso implica

⁵ Consideramos aqui apontamentos de Madianou e Miller (2012) sobre a inserção das redes sociais na vida cotidiana e de Lacerda (2013) sobre as distorções que algumas denominações de métodos provocam, especialmente quando se busca uma descrição aprofundada das significações e práticas comunicacionais dos sujeitos que navegam na rede mundial de computadores.

⁶ Facebook é um site de redes sociais, fundado em 2004, e atualmente o mais popular do mundo (MADIANOU; MILLER, 2012).

articular a observação de redes sociais a partir da vivência comunicacional mediada pelos meios, através da conjunção de metodologias apropriadas, como navegação interessada no cenário on-line e entrevistas em profundidade, história das vivências comunicacionais com tematização de conteúdos, por exemplo, no contexto off-line. O contexto geográfico, nas fronteiras internas brasileiras, corresponde aos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde estão situadas comunidades Kaingang, Guaranis, Xockleng, Charruas, além de poucos descendentes do Povo Xetá.

Para essa fase de mapeamento utilizamos como critério as relações de “amizade” dos internautas com organizações indígenas sulistas, entre elas a Articulação dos Povos Indígenas do Sul do Brasil (ARPINSUL), com sede em Curitiba (PR), vinculada a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), instância de aglutinação e referência nacional, criada pelo Acampamento Terra Livre (ATL) de 2005, evento este avaliado como processo fundador que serviu para renovar tradições e dar continuidade ao Movimento Indígena (SANTOS BICALHO, 2011).

Além desse critério, também consideramos outros elementos, tais como os perfis das “lideranças indígenas”, os quais ampliam a rede social étnica, através das relações entre diferentes etnias e da aglutinação política que apresentam mediante organizações indígenas, tais como os conselhos e comissões que realizam encontros nacionais e estaduais de deliberação coletiva.

Importante apontar que a navegação pela rede social étnica, assim denominada como forma de pensar uma participação peculiar nas redes sociais digitais, permite observar a amplitude de grupos virtuais, isto é, criados a partir das próprias ferramentas da rede social, os quais nem sempre correspondem à estruturação de uma organização indígena. Essas aglutinações expressam campanhas ou questões ligadas aos territórios, à educação, à literatura, mas também se referem à política partidária ou ainda mensagens de cunho religioso evangélico.

Desse modo, o mapeamento de perfis indígenas é realizado a partir de pistas oferecidas pela rede de relações, tornadas públicas pelos atores, no âmbito dos seus vínculos com as organizações, formais ou informais, mas também daquelas que

acontecem fora desse espectro, através de alguns atores com maior visibilidade, por terem atuado na coordenação de organizações ou por serem reconhecidos como lideranças.

Embora as organizações possam ser compreendidas como uma das principais construtoras de expressões coletivas indígenas, especialmente no que diz respeito ao contexto de mobilizações, também se considerou as entidades indigenistas; entretanto, deu-se prioridade aos perfis pessoais caracterizados pela identificação étnica apresentada no nome (utilizando ou não o referencial em português) e em informações sobre a procedência ou residência. Dessa forma, sem descurar os perfis das organizações, nas suas diversas modalidades, focalizamos o olhar para os perfis de lideranças indígenas no que eles remetem aos seus modos de construir expressões coletivas.

Nesse processo identificamos um conjunto de mediações, entre as quais se considera relevante a faixa etária e a formação escolar ou acadêmica para entender a atuação dos sujeitos que constroem a sua autoridade pelo trânsito entre o mundo indígena e não indígena. Ou seja, o fenômeno de lideranças indígenas abrange um cargo ou atribuição de chefia sobre aldeias ou comunidades, mas também vem sendo pensado pelo lugar em instâncias do poder público estatal, instâncias internacionais, entre outras; e mais recentemente, pelo desafio da inserção e das interpelações interculturais dos estudantes indígenas em universidades brasileiras (BANIWA, 2012)⁷.

Os perfis de lideranças são importantes ainda porque em suas singularidades propiciam a identificação de outras mediações que possibilitam pensar posicionamentos e a constituição como sujeitos comunicacionais. Caciques ou não, entende-se que podem ser considerados representantes de uma *geração* que além de defender os seus direitos de territorialidades, tem a responsabilidade de construir a interculturalidade no âmbito intra-étnico, de forma a reforçar os vínculos comunitários e revigorar a tradição, para fortalecer o pertencimento étnico dos grupos em que estão inseridos.

⁷ Sobre a problemática de políticas públicas para a diversidade e os desafios formação superior indígena ver, entre outros, Gersem Baniwa (2012).

A identificação das mediações nas caracterizações dos perfis também apresenta peculiaridades como a configuração de vozes empoderadas das mulheres indígenas, tanto no comando de aldeias como nas esferas de organizações internacionais. Desse modo, o gênero também comparece como mediação relevante para pensar as tessituras dos relatos e imagens que circulam na rede social étnica como manifestação das vozes indígenas, em sua dimensão informativa e gestual, para produzir informações alternativas àquelas das mídias hegemônicas, ou àquela que é apagada nos domínios da esfera pública.

No conjunto dos perfis, por fim, apontamos a memória étnica como uma das principais mediações a ser considerada nesse espaço mediado pelas tecnologias de comunicação. Nesse aspecto, saberes e conhecimentos mobilizados pelo uso das tradições, seja na reprodução dos relatos míticos ou na defesa do patrimônio cultural imaterial, comparecem nas construções das expressões coletivas indígenas. Também emergem como realces identitários que permitem pensar as redes sociais como um espaço, entre outros, para veicular, de forma autônoma, valores sociais e étnicos de grupos ativos.

A memória étnica, como mediação, também sustenta os relatos de “reflexão e autorreflexão” dos atores que atuam com maior visibilidade e com reconhecimento entre os grupos ou as organizações. É o que se observa em mensagens que abordam a conjuntura das lutas indígenas e ao mesmo tempo reforçam a herança étnica, expressada como um gesto do sentimento indígena em um contexto de denúncias e mobilizações desencadeadas no Brasil nos últimos anos.

Na atuação dos perfis como construtores das expressões coletivas indígenas, o trabalho de organização da memória étnica é dinamizado por meio de compartilhamento de conteúdos que abordam as retomadas de terras e servem para situar processos que dão origem aos movimentos indígenas. Essa modalidade de uso da rede social étnica é significativa no que diz respeito à ampliação dos lugares de memórias, a mobilização dos marcos de memória e a memória compartilhada, considerando arquivos como relatórios e vídeos que documentam as atrocidades e os

massacres sofridos pelos indígenas durante a ditadura militar no Brasil e documentários tais como, entre outros, “Índio Cidadão? - o Filme” sobre direitos constitucionais indígenas e o movimento nas suas demandas atuais pela demarcação da terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até aqui procuramos apresentar algumas sistematizações e reflexões sobre configurações das expressões coletivas considerando a multiplicidade histórica do Movimento Indígena e construções da rede social étnica a partir de mediações políticas, culturais e tecnológicas. Nesse contexto, situamos as redes sociais étnicas, como parte das configurações societárias, tomando os perfis como objeto empírico e as expressões coletivas como espécie de construto para compreender as vozes indígenas em uma multiplicidade de mediações que estruturam sentidos aos conteúdos publicizados. Durante esse trajeto, observamos uma atuação marcada pelas linguagens oriundas de valores próprios das redes sociais, a circulação de discursos com amplos significados públicos, bem como espaço para trocas afetivas. Atentamos, entretanto, para uma variedade de conteúdos (texto, som, vídeo, imagens) que sugerem a possibilidade de refletir configurações liminares de uma esfera pública, em que os atores da rede social étnica buscam a propagação de demandas, direitos e valores sociais étnicos, nas confrontações históricas com o estado e com os domínios da esfera pública.

Assim, considera-se o espaço público midiaticado como uma ambiência comunicacional heterogênea, ambígua e atravessada por relações de poder que dificultam o acesso, estruturam domínios e esmaecem as características da própria tecnologia. Desse modo, o estudo dos perfis indígenas nas redes sociais étnicas pode contribuir para o estudo sistemático dos processos comunicacionais que dão origem e fortalecem a visibilidade social, a memória étnica e a participação indígena, na sua

perspectiva cidadã, no âmbito das ambiguidades da esfera pública midiaticizada e ampliada pelos usos da Internet em suas múltiplas modalidades.

REFERÊNCIAS

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. *APIB*. Disponível em: <<https://mobilizaconacionalindigena.wordpress.com/>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul. *Arpin Sul*. Disponível em: <<http://www.arpinsul.org.br>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

BANIWA, Gersem. (2012). *A Lei de Cotas e os Povos Indígenas: mais um desafio para a diversidade*. In: Educação Superior de Indígenas: avaliação, debate, qualificação. Rio de Janeiro: Museu Nacional/LACED. Financiamento: Fundação Ford, Cnpq, FAPERJ. Disponível em: <<http://www.laced.etc.br>>. Acesso em: 6 nov. 2014.

BRASIL.(1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*.

CASTELLS, Manuel. (2002). *O poder da identidade: A era da informação: economia, sociedade e cultura*. v. 2. São Paulo: Paz e Terra.

COGO, Denise; BRIGNOL, Liliâne. D. (2010) *Redes sociais e os estudos de recepção na internet*. XIX Encontro Anual da Compós - Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://compos.com.puc-rio.br/media/gt12_denise_cogo.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2014.

FRAGOSO Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana (2012). *Métodos de pesquisa para internet*. Porto Alegre: Sulina.

GARCÍA-CANCLINI, Néstor. (2008). *Leitores, espectadores e internautas*. São Paulo: Iluminuras.

GOHN, Maria da Glória. (2011) *Movimentos sociais no início do século XXI*. 6. ed. São Paulo: Cortez.

GEERTZ, Clifford. (1978). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar.

IANNI, Otavio. (2003). *Enigmas da modernidade mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

INSTITUTO Socioambiental ISA. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pt-br>>. Acesso em: nov. 2014.

LACERDA, Juciano de Sousa. (2013). *A webgrafia como proposta metodológica para o estudo das vivências midiáticas digitais*. In: MALDONADO, E.; BONIN, J. A.; ROSÁRIO, N. M. *Perspectivas metodológicas em Comunicação: novos desafios na prática investigativa*. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones.

MADIANOU, Mirca; MILLER, Daniel. (2012). *Deve-se aceitar uma solicitação de amizade da própria mãe? E outros dilemas filipinos*. In: RIAL, C.; SILVA, S. R.; SOUZA, A. M. (Org.) *Consumo e cultura material: perspectivas etnográficas*. Florianópolis: Ed. da UFSC.

MALDONADO, Alberto Efendy. (2013). *A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI*. In: MALDONADO, E.; BONIN, J. A.; ROSÁRIO, N. M. *Perspectivas metodológicas em Comunicação: novos desafios na prática investigativa*. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. (2003). *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ.

_____. (2006). *Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século*. In: MORAES, Denis de. (org.). *Sociedade midiaticizada*. Rio de Janeiro: Mauad.

MONTESPERELLI, Paolo. (2004). *Sociología de la memoria*. Buenos Aires: Nueva Visión.

NORA, Pierre. (1993). *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo, n.10, p.7-28.

OLIVEIRA, João Pacheco de. (2010). *Regime tutelar e globalização: um exercício de sociogênese dos atuais movimentos indígenas no Brasil*. In: REIS, D. A; MATTOS, H; OLIVEIRA, J. P.; MORAES, L. E. S; RIDENTI, M. *Tradições e Modernidades*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

ORTOLAN MATOS, Maria Helena. (2006). *Rumos do Movimento Indígena no Brasil Contemporâneo: Experiências Exemplares no Vale do Javari*. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) - UNICAMP, Campinas. 274 f.

PEREIRA, Carmem Rejane Antunes. (2010). *Processos Comunicacionais Kaingang: configurações e sentidos da identidade cultural, memória e mídia em perspectiva histórica*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação Unisinos. São Leopoldo. 274 f.

POLLACK, Michael. (1992). *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10. p. 200-212.

RENESSE, Nicodème C. de. (2011). *Perspectivas indígenas sobre e na internet: ensaio regressivo sobre o uso da comunicação em grupos ameríndios do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - USP. São Paulo.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2006). *Nuestra América: reinventar um paradigma subalterno de reconhecimento e redistribuição*. In: A gramática do tempo para uma nova cultura política. Volume 4. Porto: Afrontamento.

SANTOS BICALHO, Poliene Soares. (2011). *Protagonismo Indígena no Brasil: movimento, cidadania e direitos (1970-2009)*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo.

TACCA, Fernando Cury. (2011). *O índio na fotografia brasileira: incursões sobre a imagem e o meio*. Hist. Cienc. Saúde - Manguinhos, v.18, n.1, p.191-223. ISSN 0104-5970. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702011000100012&lng=pt&nrm=isso>. Acesso em: 23 nov. 2013.

SOBRE A AUTORA:

Carmem Rejane Antunes Pereira - Doutora em Ciências da Comunicação (UNISINOS, 2010). Atualmente Pós-doutoranda no PPGICH-UFSC/ NAVI/UFSC Brasil. Membro do Grupo de Pesquisa Processocom/UNISINOS e Red AMLAT. Email: carmem.pereirasm@gmail.com